

HISTÓRIA E CRISE NA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: O CONCEITO DE CRISE NA REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (1978-1982)

Leonardo Martins Barbosa *

Resumo: A proposta do artigo é investigar como intelectuais oriundos da escola paulista de sociologia experimentaram os momentos finais do regime militar. Para tanto, a proposta teórico-metodológica da história dos conceitos desenvolvida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck é utilizada para analisar três conceitos considerados centrais que surgem na Revista de Cultura Contemporânea, fundada em 1978 pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: crise, modernidade e democracia. Tal análise revela que a própria revista foi criada em face da possibilidade de construção de uma experiência de tempo acelerada cujo objetivo romper com uma tradição autoritária.

Palavras-chave: Redemocratização, ditadura militar, democracia, modernidade, Cedec.

Abstract: This article's purpose is to investigate how intellectuals from the paulista school of sociology experienced the final moments of the Brazilian military regime. In order to do so, the methodological-theory called history of concepts developed by the German historian Reinhart Koselleck is used having in view three main concepts that are used in the journal Revista de Cultura Contemporânea, founded in 1978 by the institute Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: crisis, modernity and democracy. This analysis reveals that the journal's foundation should be understood in face of the possibility of constructing an accelerated experience of time that has the purpose to leave behind the authoritarian tradition.

Keywords: Re-democratization, military dictatorship, democracy, modernity, Cedec.

O Cedec e a Escola Paulista de Sociologia.

"O regime nem pode se converter plenamente numa ditadura, nem pode proceder com segurança a uma abertura lenta e gradual." (Revista de Cultura Contemporânea, n.2, 1979: 44)

Transcritas para o segundo número da Revista de Cultura Contemporânea de janeiro de 1979, estas palavras foram inicialmente proferidas por Francisco

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, orientado pelo prof. Dr. Luis Reznik. O artigo faz parte da pesquisa que resultará na dissertação do autor, a ser defendida em 2010, e, portanto, ainda está em desenvolvimento.

Weffort em um debate organizado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o Cedec, instituto responsável pela organização da referida revista, no dia 27 de abril de 1978. O eixo temático do debate é também o título sob o qual a discussão se apresenta em sua forma impressa: *A Crise Política e Institucional* pela qual então passava o país. Também na revista a citação que origina este artigo foi posta em relevo. Provavelmente porque é a frase que melhor traduz o significado da experiência de tempo, definido como um tempo de crise, pela qual passavam os intelectuais responsáveis pela criação do instituto e de sua revista.

Um estado de dúvidas e incertezas; uma fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias; um momento perigoso ou decisivo. Estes são alguns dos significados encontrados em uma simples e aleatória consulta ao dicionário (HOLLANDA, 1975:404) e a partir dos quais se pode pensar a definição dada por Weffort. A mesma consulta, porém, revela outro nicho de significados que, por outro lado, parecem ausentes: uma *manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrios; manifestação violenta de um sentimento.* O trecho, assim como o debate, certamente demonstra mais impasses que manifestações violentas de ruptura, mais dúvidas que certezas.

Ainda que permeada pelo pessimismo - opinião esta geralmente justificada com base no famoso conjunto de medidas jurídicas que impediam um desfecho eleitoral altamente desfavorável ao regime, conhecido pelo apelido *pacote de abril*, de 1977 - a dúvida quanto ao futuro gera também expectativas que podem impelir à ação. Significado este que parece estar na origem da própria fundação do Cedec.

Principal expoente público do instituto e seu primeiro presidente, Francisco Weffort possui uma trajetória acadêmica e política que pode colaborar para a compreensão dos motivos que levaram à fundação do Cedec. Desde a graduação, a formação acadêmica de Weffort tem estreitos laços com a Universidade de São Paulo (USP). Lá cursou sua graduação e, mais tarde, entre os anos de 1964 e 1968, realizou seu doutorado. A opção pelo doutorado no Brasil não era, então, algo fora do comum. Na verdade, ela contemplava o projeto de Florestan Fernandes, o então principal intelectual da escola paulista de sociologia, que já desde algum tempo incentivava a realização da pós-graduação no departamento da própria USP como forma de fortalecimento do mesmo e sua transformação em um núcleo de excelência das ciências sociais no Brasil. Um pólo cujo objetivo era contrapor-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, e promover uma interpretação alternativa da realidade brasileira (SORJ, 2001: 14).

A oposição ao instituto que era sediado no Rio de Janeiro se manifesta de formas diversas. Varia das críticas ao caráter ensaístico da produção acadêmica carioca, em oposição a um trabalho supostamente sustentado por uma pesquisa empírica mais rigorosa, à crítica à postura tida por ideológica, ou nacionalista, do ISEB. Ou seja, uma crítica à proximidade do instituto com o Estado e projetos ao mesmo vinculados. Críticas essas que, partindo da USP, trazem consigo alguns significados particulares. A história da Universidade de São Paulo confunde-se

com a história de resistência paulista ao Estado Nacional que começou a ser construído em 1930, passa pelo Estado Novo e chega ao momento do nacionalismo desenvolvimentista da República de 1946. A crítica ao ISEB, portanto, encontra ecos na postura de algumas das principais forças da política paulista de então (MAIA, 2002). Assim, a uma postura tida como nacionalista, procura-se construir um arcabouço teórico de caráter universalista.

Um forte impulso teórico que colabora com este objetivo é alcançado no famoso *Seminário de Marx* organizado a partir de 1957 por alunos de Florestan Fernandes, como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Também deste grupo participou Francisco Corrêa Weffort. Não foi pouca a importância deste seminário para os rumos que iriam seguir os intelectuais nele envolvidos durante o período de regime militar. Segundo Bernardo Sorj:

"A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem." (SORJ, 2001: 20)

Ainda segundo este mesmo autor, o *Seminário de Marx* também foi importante por ter realizado um trabalho sistemático de recepção das teorias marxistas que já se distanciavam do modelo soviético ou da proposta política da guerrilha, motivada pela bem-sucedida Revolução Cubana de 1959. O grupo que se organiza em torno deste seminário elaborará interpretações da realidade social brasileira que serão em grande parte influenciadas e impulsionadas por duas experiências históricas: o golpe militar e o período do *milagre brasileiro*.

O posicionamento que se queria alternativo ao ISEB e contrário aos projetos políticos do trabalhismo ainda na década de 1950 ganha envergadura e legitimidade com o golpe de 1964, como mostra João Marcelo Ehlert Maia ao trabalhar a recepção do conceito de *populismo* na escola de sociologia paulista. Para tanto contribuiu a forte tradição anti-varguista da USP que encontrou também respaldo político em grupos de esquerda contrários à proposta de aliança com o nacionalismo-desenvolvimentista defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (MAIA, 2002: 65-69).

Com isso, a crítica à postura comunista na República de 1946 ganha maior densidade intelectual e aos poucos se consolida como uma importante vertente de interpretação da realidade brasileira. Após o golpe de 1964 o conceito de *populismo* incorpora questões e argumentos que procuram conferir significado a um modelo político cujo fracasso foi em grande parte responsável pelo momento e autoritarismo que o país então experimentava.

O regime *populista*, nesta ótica, teria sua origem na construção do nacionalismo brasileiro dos anos 50, tarefa para a qual colaborou, inclusive, o ISEB. A elaboração teórica deste fenômeno político passa pela forte ênfase em estudos societários que a escola paulista empreendia desde os anos de 1950, e que tinha por objetivo justamente descolar-se do nacionalismo isebiano. Neles,

o processo de modernização pelo qual passou o Brasil durante os anos da deposta república é interpretado como altamente contraditório. O resultado disto seria a formação de uma sociedade civil híbrida, heterônoma, em que os interesses propriamente de classe não estariam solidamente constituídos. Maia analisa dois autores oriundos da escola paulista que, neste momento imediatamente após o golpe, construíram interpretações bastante significativas e relevantes. Centrado na análise do sindicalismo, o *populismo* em Leôncio Martins Rodrigues é construído a partir de uma forte oposição entre a modernização europeia e a brasileira:

“Este [o sindicalismo europeu] teria surgido impulsionado por uma subcultura proletária, autônoma e coesa, enquanto aquele [o sindicalismo brasileiro] surgiria marcado pelo ‘desenvolvimento combinado’, numa dialética atraso-moderno que enfraqueceria a formação de uma identidade operária ‘pura’. Desenraizados da fábrica, atuando mais como consumidores que como produtores, os trabalhadores brasileiros se sentiam ‘desajustados’ diante de uma sociedade industrial ameaçadora que rompia laços tradicionais.” (MAIA, 2002: 70).

Octávio Ianni, por sua vez, enxerga o processo como:

“[...] contraditório, configurando uma modernização na qual interesses diversos se conciliariam por meio de um tortuoso processo político e de uma reconfiguração urbano-rural. [...] Nesse cenário econômico, o populismo apareceria como política de massas ‘adequada’ ao desenvolvimento capitalista, pois seria a tradução política do arranjo conciliador e única forma de amalgamar ideologicamente uma defesa do crescimento industrial.” (MAIA, 2002: 71).

Uma modernização incompleta e contraditória, para a qual contribuiu enormemente o Partido Comunista Brasileiro. No caldo da tradição anti-varguista da USP, esta interpretação, apesar das inúmeras variações, de certa forma permeia a leitura que o grupo do seminário de Marx realizaria após o golpe de 1964.

Em 1968, o Ato Institucional número 5 irá aposentar compulsoriamente um grande número de professores da principal universidade paulista. Com a intenção de construir um espaço que permitisse o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas com menor intervenção estatal, alguns desses intelectuais fundariam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, conhecido pela sigla Cebrap. O principal objetivo do instituto será abrigar profissionalmente intelectuais impedidos de realizar seu trabalho devido às perseguições por parte do regime militar. Bernardo Sorj enxerga as relações do Cebrap com o seminário de Marx de forma mais profunda do que a simples presença de intelectuais oriundos do último. O seminário serviu praticamente como um mito originário para o instituto (SORJ, 2001: 20) que, fundado em 1969, seria já no final da década de 1970 considerado um dos principais centros de pesquisa sociológica do país. Foi no início da década de 1970 que Francisco Weffort torna-se uma importante referência neste espaço, ainda que não faça parte do quadro de fundadores, dentre os quais se destacam Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José Artur Giannotti e Paul Singer.

Desde o início o instituto foi marcado pela imperiosa necessidade financeira. Sua fundação só foi possível graças à polêmica ajuda financeira da Fundação Ford. Ao longo dos anos de 1970, por sua vez, sua principal fonte de financiamento foram trabalhos e pesquisas contratadas, o que geralmente envolvia temas ligados à demografia e aspectos societários do Brasil. Ainda que este eixo tenha impossibilitado o desenvolvimento de uma vertente teórica sólida em torno da qual seus membros pudessem se unir (SORJ, 2001), a natureza dos trabalhos do Cebrap propiciou a possibilidade da realização de um trabalho acompanhamento das transformações pelas quais passou o Brasil nos anos do *milagre econômico*. O aparato conceitual marxista foi de extrema importância neste momento, conforme sugere Luiz Werneck Vianna. Em contraposição a uma leitura política de Marx, que pretendia, como na Revolução Russa, ressaltar a possibilidade um salto revolucionário, Vianna enxerga: “[...] a preferência pela análise do processo de imposição do capitalismo no Brasil, como na grande reflexão social paulista, conduz a uma maior aproximação com o modelo de *O Capital* com base no paradigma inglês.” (VIANNA, 1999: 174).

De fato, até 1976, sob o clima da forte repressão política, os principais temas desenvolvidos pelo instituto giram em torno de questões estruturais orientadas pelo crescimento do capitalismo no Brasil. Neste ano, Bernardo Sorj enxerga uma espécie de linha divisória. Seria lançado o livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, cuja publicação mostrou-se um sucesso por descortinar, em pleno período do *milagre*, uma realidade em que o crescimento econômico tinha como contrapartida o aumento da desigualdade social. Desde antes, já em 1974, quando Fernando Henrique Cardoso e José Artur Giannotti são convidados por Ulysses Guimarães (MDB-SP) e por Pedro Simon (MDB-RS) para uma série de palestras a partir das quais se estabelecerá uma parceria entre alguns intelectuais ligados ao instituto e o partido da oposição nas memoráveis eleições do mesmo ano, é notório que a produção acadêmica do instituto não era politicamente neutra. De fato, a própria fundação do instituto não pode ser compreendida sem que uma clara postura de oposição ao regime seja levada em conta. O livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, de certa forma, é uma evidência de que os trabalhos anteriores, ainda que contratados, não deixam de possuir significados políticos.

De algum modo, portanto, o livro tornou-se um retrato da realidade brasileira que emerge de um novo processo de modernização. O ano de 1976 também marcava o segundo ano de existência do projeto de *Abertura* política promovida pelo governo de Ernesto Geisel. Gradualmente, a partir desse período, os temas estudados migraram dos estruturais para outros, relativos à conjuntura política, à emergência de novos movimentos sociais e às possibilidades de construção de um regime democrático. Mudanças ocorrem neste momento. Por um lado, surge a necessidade de incorporação de novas categorias teóricas para lidar com uma realidade diferente daquela sob a qual nasceu o Cebrap, e por outro, com a crescente importância do debate político, divergências começam a se manifestar com mais intensidade dentro do grupo (SORJ, 2001).

É neste contexto que Francisco Weffort, em 1977, funda um outro instituto de pesquisas, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, responsável pela elaboração da *Revista de Cultura Contemporânea*, cujo primeiro número sai em 1978. Herdeiros da trajetória do grupo que deu origem ao *seminário de Marx* e ao Cebrap, Weffort e um grupo de jovens cientistas políticos da USP têm o objetivo de aperfeiçoar a leitura do momento pelo qual passa o Brasil e nele atuar. A revista, significativamente editada pela Paz e Terra, cuja fundação em 1967 tem como primeiro objetivo fomentar a discussão entre o socialismo e a teologia da libertação, desempenha um papel central nesta proposta de atuação.

A composição da comissão editorial do primeiro número é um bom retrato do instituto. Fazem parte dela, além de José Álvaro Moisés, orientando de Weffort, Braz José de Araújo, Eduardo Kuguelmas, Elifas Andreato, Fábio Munhoz, Marilena Chauí, Perseu Abramo e Silvio Batusanchi. A grande maioria é de alguma maneira ligada ao departamento de ciências sociais, em particular da ciência política, da USP. Marilena Chauí é da área de filosofia, Elifas Andreato é professor do departamento de artes e responsável por este debate na revista e Perseu Abramo é jornalista da Folha de São Paulo, de onde seria demitido em 1979 por ter sido um importante líder da greve da categoria que estourou naquele ano. A comissão editorial revela, por um lado, a forte preocupação com temas políticos e, por outro, a preocupação, indicada pelas presenças de Elifas Andreato e Perseu Abramo, de conferir à revista um aspecto menos acadêmico e mais amplo em seu alcance.

O intuito da revista é exposto no editorial do primeiro número, que se segue:

“Cumprir, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. Trata-se de incentivar o debate através do qual se possa afirmar a riqueza da pluralidade e da diversidade do pensamento, fundamental para o desenvolvimento político e cultural nacional. Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia”.

“É com esse espírito que é proposta a REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, cuja realização no tempo procurará responder a esses desafios. Para isso, convidamos todos aqueles identificados com esses objetivos amplos para nos ajudar cooperando e criticando”.

“Tal caminho abre-se como mais uma forma de atuação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, buscando perceber no presente os germes de mudança para uma sociedade democrática, articulada e participante.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 1, 1978)

O objetivo é desenvolver uma visão crítica sobre o passado e o presente do Brasil, tendo como horizonte a perspectiva de democratização do país. Democracia esta que se confunde, ao fim do editorial, com uma sociedade articulada e participante. Uma democracia, portanto, possível na medida em

que surge uma sociedade civil autônoma e de classes, e não de massas, ou seja, possível em uma sociedade efetivamente moderna. Modernidade esta concebida a partir de duas experiências distintas, que marcaram a trajetória da escola paulista de sociologia.

A primeira experiência é aquela tematizada na principal obra de Francisco Weffort, coincidentemente publicada no mesmo ano: *O Populismo na Política Brasileira*. Afinal, os traços autoritários mencionados pelo editorial são parte componente do *populismo* e teriam sido, portanto, responsáveis pela desarticulação do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Tanto a democracia como a modernidade tiveram seu caminho histórico interrompido, algo que deixaria marcas no país até aquele momento.

A segunda experiência é aquela do presente, que surge com uma potencialidade inovadora e crítica, oriunda da segunda experiência de modernização pela qual passou o país durante o *milagre brasileiro*. Afinal, estudos e debates no Cebrap possibilitaram a percepção de que, mesmo sob um regime autoritário, a economia pôde se modernizar, e junto dela a sociedade civil com os germes que poderão conduzir o país em direção à uma sociedade efetivamente moderna e efetivamente democrática.

O “Moderno” e a interpretação da História na escola paulista.

Neste conjunto de autores, a democracia é pensada em estreita relação com a idéia de modernidade. O conceito de *moderno* é fundamental na definição das duas experiências históricas expostas anteriormente. É também a partir dele que o conceito de *crise* irá se construir e tornar-se fundamental para a experiência de tempo que se desenha para esses intelectuais no período que irá pôr um fim ao regime militar brasileiro.

Em artigo produzido originalmente para o Dicionário de Conceitos Históricos organizado por, entre outros, Reinhart Koselleck, Hans Ulrich Gumbrecht realiza uma análise do conceito de *moderno* no período que vai do fim da Idade Média ao início do século XX, quando se realiza uma transformação semântica nos principais conceitos sociais e políticos da sociedade europeia ocidental. A investigação de Gumbrecht procura analisar a semântica de *moderno* tendo como ênfase as possibilidades de experiência de tempo que se articulam por meio do conceito. O artigo segue a hipótese posteriormente desenvolvida por Reinhart Koselleck no livro *O Futuro Passado*, onde são construídas as categorias históricas de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* para melhor compreender como o tempo histórico pode ser experimentado de diversas formas. Seria típico da modernidade o descolamento entre ambas as categorias, de modo que o tempo passou a ser vivido de maneira acelerada.

Assim, três são os topos que Gumbrecht identifica no conceito de *moderno*. Primeiro, o conceito de moderno significa *presente* para o que se opõe a idéia de *anterioridade*. O segundo topos do conceito de moderno carrega a idéia de *novo*

em contraposição a *velho*. Neste caso, a diferença é que o presente moderno é compreendido como um período homogeneizado por qualidades determinadas, o que o separa de uma era anterior. O terceiro topos é aquele que temporaliza os significados dos dois anteriores (GUMBRECHT, 1992: 81). O moderno é compreendido como um tempo transitório, como o passado de um presente futuro. Como uma experiência de movimento acelerado que, justamente por isso, não pode ser definido enquanto um período. Este topos tornou o conteúdo semântico do conceito de moderno propício para ser usado politicamente na medida em que seu significado levado ao extremo torna-se um imperativo para a mudança.

O *espaço de experiência* requisitado pela escola paulista de sociologia com o intuito de pensar a modernidade do país mobiliza o conceito de *moderno* de maneiras diferentes. Isto se dá em grande parte devido ao modo como o Brasil reconhece sua inserção no mundo – visão compartilhada também pela referida escola – em torno das categorias de centro e periferia. O moderno é associado ao centro e o atraso às periferias. Nesse sentido, a política progressista por vezes tende a se orientar para o futuro localizando-o, na verdade, na simultaneidade de seu próprio presente. Sobre isto, Gumbrecht afirma:

"In sociology, 'modernization' has been used specifically since about 1960 to describe the developmental efforts of Third World countries. That this substantive could scarcely be used to describe political, social, and economic change in the industrialized nations indicates that the two kinds of change are not simultaneous. From our perspective at least, modernization in the underdeveloped countries is determined by the desire to catch up with present levels in the industrialized countries, and is thus taking place somewhere between decolonization and our own present. At the same time, the industrial nations are moving out of this present into an open future, without being able to predict the way to it or what it might conceivably look like."¹ (GUMBRECHT, 1992: 108).

Neste ponto, Gumbrecht chama a atenção para a diferente experiência de tempo que o conceito de *moderno* evoca quando inserido na relação centro-periferia. A possibilidade de se visualizar o futuro e localizá-lo tanto no tempo como no espaço pode ter como consequência a anulação da experiência de aceleração. A ausência de um futuro desconhecido, que não pode ser ainda vislumbrado, é um importante componente do terceiro topos do conceito de *moderno*, o que entende o presente como um período fugaz e transitório. O

¹ Na sociologia, o conceito de 'modernização' tem sido usado especificamente desde 1960 para descrever os esforços de desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo. Que o mesmo substantivo mal possa ser usado para descrever mudanças políticas, econômicas e sociais nos países industrializados indica que os dois tipos de mudança não são simultâneos. Pelo menos de nossa perspectiva, a modernização nos países subdesenvolvidos determina-se pelo desejo de alcançar o presente estágio de desenvolvimento dos países industrializados, logo ocorre em algum momento entre a descolonização e os atual presente. Ao mesmo tempo, as nações industrializadas estão se movendo para fora deste presente em direção a um futuro que não pode ser concebido.

moderno, aliás, não é ao menos identificado com o presente das sociedades periféricas, mas sim com seu futuro, o que resulta na não utilização do primeiro topos do conceito de *moderno* identificado por Gumbrecht.

Em um interessante artigo Luiz Werneck Vianna analisa como o conceito de moderno foi recebido na escola paulista, tendo por referência a importante obra de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*. Nela, a modernização brasileira origina-se na independência e é dinamizada por elementos liberais que surgem então. No entanto, ao realizar-se de maneira passiva, esta modernização é responsável, segundo Vianna, pela contínua tensão interna na sociedade brasileira entre elementos modernos e atrasados. Para ilustrar sua argumentação, Vianna cita Fernandes:

“... [a burguesia] se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e, para ela, era vantajoso: e, para ela, era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do atraso quanto do adiamento das populações.” (VIANNA, 1999: 182).

Deste viés interpretativo se apropria Octávio Ianni, orientando de Fernandes e importante membro fundador do Cebrap. Uma de suas principais obras, que foi publicada em 1968, é intitulada *O Colapso do Populismo no Brasil*, analisa, sob a experiência do golpe, a república de 1946. Segundo João Marcelo Ehlert Maia, o livro é uma publicação “*exemplar da conjugação entre sociologia uspiana e extrema esquerda produzida pelo Golpe de 1964*” (MAIA, 2002: 71). Sendo anterior ao *milagre brasileiro*, o conceito de *moderno* é mobilizado para compreender a experiência da *República Populista*.

Na obra, a presença de elementos modernos e atrasados conforma um ambiente contraditório e insustentável. O *moderno*, associado a uma sociedade industrializada, não encontra seu paralelo na esfera política. O *populismo* seria então uma reação a essas disjuntivas e permitiria, portanto, a manutenção do crescimento econômico nos principais centros do país. Conjuntamente com isto, a existência de massas atrasadas e identificadas com um mundo rural místico e patrimonialista só seria possível por meio da solução *populista*.

O problema é que, como aponta Vianna, mesmo nesta contradição a burguesia pode desenvolver seus interesses, ainda que de forma tortuosa. Neste marco interpretativo, os demais problemas brasileiros, em particular a pobreza, são considerados como conseqüências objetivas da solução pluriclassista que marca o *populismo*. Assim sendo, a modernização, para que se complete, deve ser promovida por classes insatisfeitas com este arranjo, ou seja, a classe operária, que, contudo, dentro do regime *populista* não se organizaria de forma pura e autônoma, mas sim de maneira corporativa. Assim, por impossibilitar que as contradições do modelo político e social se desenvolvam, o populismo entrou em colapso.

Ainda que o *moderno* e o *atraso* nesta chave interpretativa sejam associados a uma concepção de ordem mundial dividida entre centro e periferia,

cabe destacar alguns pontos que, no uso específico da escola paulista após o golpe de 64, conferem ao conceito de moderno alguns significados bastante particulares.

A oposição entre *moderno* e *atraso* se inscreve em uma perspectiva de tempo histórico brasileiro respectivamente como futuro e passado. O futuro, neste caso, ainda que não esteja aberto, é radicalmente diferente do passado. O presente, por sua vez, é visto como um tempo que se prolonga unicamente devido às contradições próprias da formação social brasileira que impossibilitam o decorrer normal do tempo histórico. Não é pouco significativo o fato de o *populismo*, o conceito que carrega as qualidades próprias daquele período, seja interpretado como algo insustentável. Isto decorre justamente da necessidade que o tempo histórico tem de se desenrolar e sua impossibilidade de realizar plenamente um atributo que lhe é próprio: a aceleração.

O presente transitório e fugaz inerente à semântica do topos moderno acelerado não se realiza no conceito de moderno que é manipulado pela escola paulista neste momento. O futuro moderno se opõe a um presente contraditório e a um passado atrasado. O conceito de moderno, neste caso, significa o novo em relação ao velho, e não o transitório em oposição ao eterno. No entanto, o moderno não se refere ao tempo presente da sociedade brasileira. Somente quando o presente brasileiro, marcado pela contradição, se encurtar, se tornará também novo e acelerado.

Neste ponto cabe chamar atenção para estudos relacionados a teorias sobre desenvolvimento econômico e da dependência promovidas principalmente pelo Cepal ao longo da década de 1950 na América Latina. A sede desta e da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais eram ambas em Santiago, no Chile, e foram importantes pólos de desenvolvimento acadêmico das ciências sociais latino-americanas. Após o golpe de 1964, não foram poucos os intelectuais que tiveram passagem por alguma das duas entidades. Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Francisco Weffort são alguns exemplos.

Foi então que Fernando Henrique publicou, em parceria com Enzo Faletto, sua primeira obra de repercussão internacional: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Segundo Bernardo Sorj:

“A colocação fundamental do livro de Cardoso e Faletto refere-se à importância dos fatores ‘internos’ na dinâmica histórica dos diferentes países latino-americanos. A idéia principal é que a soberania política não é uma mera aparência ou estrutura formal. O Estado nacional, inclusive nos países dependentes, tem um espaço de liberdade, em particular em momentos de crise ou inflexão do sistema capitalista. Embora a estrutura de classes interna interiorize as relações de dependência, a dinâmica política de cada país será definitivamente a responsável pela orientação que cada sociedade segue em situações históricas concretas.” (SORJ, 2001: 23).

Ao negar o estado de dependência absoluto dos países latino-americanos, Cardoso e Faletto se chocam com teorias que afirmavam somente ser possível a

modernização da região por meio de uma ruptura com o atual modelo político e econômico. Assim, mesmo com regimes autoritários subordinados a interesses do capital externo, a possibilidade de crescimento econômico ainda era real. Na mesma direção foram Maria Conceição Tavares e José Serra em seu ensaio *Além da Estagnação*, publicado em português no ano de 1972, quando procuram demonstrar um padrão de desenvolvimento econômico compatível com uma alta concentração de renda que marcaria o *milagre brasileiro* (PEREIRA, 1982).

O que a experiência do milagre traz de novo é a percepção de que o caminho para a modernidade pode ser trilhado de diversas formas, inclusive por algumas cujos atributos pareceriam incompatíveis com a própria idéia de modernidade, como o autoritarismo e a incrível miséria gerada pela concentração de renda do modelo econômico.

A grande quantidade de trabalhos relacionados às estruturas sociais e à demografia permitiram ao Cebrap tornar-se um observador privilegiado das transformações pelas quais passou o país no início da década de 1970, em especial em São Paulo, cidade onde se concentraram boa parte das indústrias, em boa parte multinacionais, que conferiam ao Brasil uma nova faceta.

À medida que o regime afrouxava o sistema de censura e alguma liberdade de produção acadêmica voltava a existir, a produção dos intelectuais do Cebrap voltou-se gradativamente para temas conjunturais de modo a compreender a nova realidade social que emergia. Uma realidade social moderna se analisada sob diversos aspectos.

A *Revista de Cultura Contemporânea* surge neste momento, em 1978. Temas como contradições urbanas, estrutura agrária e movimento sindical compõem boa parte da revista. Seu principal expoente, Francisco Weffort, escreveu ao longo da década de 1970 diversos trabalhos cujo objetivo era compreender o populismo no Brasil, trabalhos estes que o tornaram uma importante referência no meio acadêmico brasileiro. Segundo João Marcelo Ehlerl Maia, uma das principais diferenças entre seu trabalho e o de Ianni é a forte dose subjetiva que compromete a atuação do Partido Comunista no período anterior ao golpe.

Os três primeiros números da revista do Cedec são abertos por um artigo de Weffort dividido em três partes. O artigo trabalha as relações políticas entre Estado, esquerda e movimento operário no período que vai de 1946 a 1964 sob a chave do populismo. O objetivo do artigo que é exposto de forma mais clara é o de romper com explicações históricas sedimentadas na ideologia, que foram promovidas em especial por intelectuais isebianos e que não condizem com a realidade histórica brasileira. Neste momento, o vínculo do autor com a escola paulista de sociologia se reafirma.

Contudo, chama atenção o fato de que o texto, importante como o é para a revista, não traz o conceito de populismo em seu título. Na verdade, trata-se de um artigo sobre *Democracia e Movimento Operário*. Mesmo, em diversas vezes reafirmando a tradição intelectual na qual se insere, Weffort procura deixar claro o objetivo do artigo:

“Se a democracia encontra-se no próprio núcleo de nosso problema, importa sobretudo questionar, isto é interrogar o sentido das escolhas políticas e as preferências ideológicas que, em momentos particulares e em condições determinadas, definiram os rumos que a história deveria assumir.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 1, 1978: 7).

Ou ainda:

“Em outras palavras: a história do que aconteceu é a história do que tinha que acontecer. Visão elitista e autoritária em que o conhecimento da história, entendida como mero espaço para o exercício do poder dos de cima, só vale como justificação ideológica. Vista do ponto de partida ou do ponto de chegada, o que se perde sempre é a dialética de necessidade e liberdade que assinala o percurso da história real.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 1, 1978: 9).

O objetivo do texto é orientar a ação política do presente. Assim, o forte caráter da escolha política na interpretação da democracia populista realça a importância de se saber qual é o caminho certo, ou seja, o caminho que leva à democracia. Por isso também o título do artigo exclui o termo *populista*. Afinal, apesar do olhar ao passado, o texto dirige-se ao futuro. O *populismo*, portanto, só é importante na medida em que ele ajuda na compreensão do que é a democracia, esta sim central em seu ideário.

Pode-se pensar também que o título reflete a separação, iniciada nos debates econômicos apontados acima, entre uma modernização econômica e a construção da democracia. Da mesma forma que a democracia não se mostrou imprescindível para a modernização econômica, pode-se pensar que uma democracia nos anos de 1950 era possível caso as escolhas corretas tivessem sido feitas. Assim, para agir sobre a realidade política em 1978, a narrativa histórica deveria ser feita sem o que o autor rotula como leitura ideológica, característica do ISEB. Afinal, esta narrativa, a ideológica e nacionalista, segundo o autor, cumpre com os seguintes objetivos:

“Quem domina está sempre tentado a ver a própria dominação como eterna e o passado como um desenvolvimento natural e necessário. Deste ângulo o conhecimento da história é, a rigor, dispensável, reduzindo-se, como diz a expressão chilena, a ‘una farda inútil’. A história só é necessária para quem tem perspectivas para o futuro e, neste caso, só a história real é necessária.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 1, 1978: 10).

Não deixa de ser interessante que o autor faça uma referência à eternidade da dominação, afinal, o terceiro topos do conceito de *moderno* trabalha a oposição entre o transitório e o eterno. Pois a história, para Weffort, cumpre com o objetivo de tornar aquilo que até pouco parecia eterno, em transitório, fugaz. O mais recente processo de modernização promovido no Brasil lhe permite pensar a mudança e a aceleração como possíveis conseqüências da crise. Para tanto, é fundamental que os erros do passado *populista* não sejam repetidos. Caso esta

empreitada seja bem-sucedida, o presente marcado por uma *crise* do regime militar rapidamente se tornará em um desenvolvimento acelerado das forças modernas do país. Nesse caso, a *crise* poderá tornar-se mais densa e ser experimentada como um momento fugaz de aceleração em direção ao futuro. A segunda experiência de modernização iria poder, então, completar-se de uma forma que não foi possível naquela marcada pelo *populismo*.

Crise do regime, democracia e modernidade.

Uma crise marcada por um impasse. Pela impossibilidade de se construir um equilíbrio duradouro que confira estabilidade ao regime. Só uma coisa é certa, o imobilismo é uma derrota certa. A ditadura se enxerga, em 1978, em uma situação em que a ação em direção a outro equilíbrio de forças é fundamental para a manutenção de seus ideais. Pelo menos, é essa a idéia de Weffort citada logo no começo deste artigo. No mesmo debate em que esta idéia foi exposta, Weffort realiza um breve prognóstico da situação política:

“Em primeiro lugar, me ocorre a possibilidade de persistência do padrão de instabilidade atual. Em outras palavras, o próximo presidente pode vir a repetir as linhas gerais da política do presidente Geisel, tentando ampliar a distensão, mas sendo ao mesmo tempo contrastado por grupos de direita. Uma segunda possibilidade seria de um êxito maior do presidente ou da política que o presidente expressa no sentido da distensão, o que também não revela, do meu ângulo, demasiado otimismo, porque isso significaria uma transição para a democracia de cima para baixo. Em terceiro lugar, vejo a possibilidade de uma regressão. Na medida em que a situação atual se prolongue por muito tempo, é possível um processo de deterioração de certos setores decisivos de aparato de Estado no Brasil, não se excluindo novos golpes, contragolpes, etc...” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 45).

A *crise* enquanto um impasse tem poucos desfechos possíveis. O êxito do regime na conclusão de seu projeto, uma democracia que se instauraria de cima para baixo, ou ainda a possibilidade de golpes e contragolpes. O futuro que se entrevê neste prognóstico não se diferencia fundamentalmente do *espaço de experiência* da história política do país até o dado momento. No entanto, logo abaixo Weffort coloca:

“Mas eu acho que há no momento uma deterioração política do poder, um processo gravíssimo mas que pode se recompor, que pode se redefinir, com o passar do tempo. Assim, há um tempo curto que é o tempo desta crise política, deste impasse. Para pensar nas alternativas que o Michel sugere, se neste tempo não surgem outras forças, se outras alternativas não se propõem, se outras perspectivas não se esboçam, realmente, prevalece uma hipótese de recomposição deste poder que pode prolongar sua duração.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 56).

O curto tempo de *crise* que caracteriza o impasse, ou o breve desequilíbrio do corpo político pode transformar-se em uma *crise* de caráter mais profundo. Neste, o tempo histórico tende a descolar o *espaço de experiência* do *horizonte de expectativas*. O conceito que orienta esta segunda categoria histórica é a democracia, cuja plena realização irá efetuar uma verdadeira ruptura na trajetória da história brasileira.

Este plano da *crise*, que pode engendrar a aceleração do tempo histórico, deve ser compreendido como uma situação contraditória que tem o início no fim da República Oligárquica e cujo desdobramento também é responsável pelas contradições que marcaram o *populismo*. Apropriando-se de conceitos gramscinianos, Weffort enxerga na crise de hegemonia de 1930, que representa não apenas o fim do predomínio político e ideológico das oligarquias liberais como também a impossibilidade de construção de outra hegemonia a partir de outra classe que fosse capaz de substituí-la, o momento em que uma solução do tipo transformista se constrói. Não há uma renovação e tampouco uma restauração. Neste ambiente, a sociedade política se sobrepõe à sociedade civil.

“Se bem não resultasse, como prefere a hipótese gramsciniana, da contestação das massas, a crise brasileira deveria ter efeitos até certo ponto similares, provocando com a desarticulação do antigo bloco hegemônico a desarticulação das relações entre sociedade política e sociedade civil. Mais do que uma crise e hegemonia é uma crise de hegemonia sem solução normal, seja de substituição, seja de restauração, que deveria inevitavelmente obrigar no correr do tempo, a alterações nas relações entre Estado e sociedade. Abaladas as bases de poder das velhas classes agrárias e na ausência de alternativas de outras ‘classes fundamentais’ (entre as quais a burguesia industrial e a classe operária) a crise deveria receber precisamente esta solução que Gramsci designa como ‘transformista’: tem início um período de preeminência da sociedade política sobre a sociedade civil, firmando-se os detentores do aparelho de Estado em árbitros do instável compromisso entre os grupos dominantes que desde então passaria a caracterizar o regime brasileiro.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 5).

É então que surge, na ótica do autor, o problema da ideologia nacionalista que foi construída pelo Estado por meio do ISEB. A ilusão de que o país estava em um acelerado processo de modernização teve como objetivo dificultar a percepção dos elementos autoritários que impediam a construção por parte da esquerda de um horizonte que privilegiasse o desenvolvimento de instituições plenamente democráticas que visassem romper com o modelo contraditório que se estabeleceu em decorrência da crise de hegemonia. Sem esta perspectiva democrática, a classe operária, como uma classe fundamental, não pode se organizar de maneira moderna, algo que seria fundamental para construção de uma nova hegemonia na sociedade.

“Na realidade, as concepções da esquerda não iam muito além de uma visão meramente instrumental e externa das instituições democráticas. A rigor, ela

não possuía – como, de resto, nenhuma outra força política no país, - uma concepção da democracia que lhe permitisse perceber a natureza real da crise institucional vivida pelo país e, deste modo, formular uma alternativa de desenvolvimento democrático.” (Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 10)

A democracia como horizonte de expectativas é fundamental para a construção de uma hegemonia operária que pudesse, segundo a tradição intelectual inaugurada por Florestan Fernandes, implementar um processo de modernização efetivo no país.

Ao perceber o momento presente como um momento de crise, os intelectuais envolvidos na revista experimentam um tempo não apenas de impasse, mas como um tempo curto em que se abre a possibilidade de uma ação política mais densa. Tal ação não deve reproduzir os erros cometidos no período republicano inaugurado em 1946. A defesa de uma democracia plena deve negar as heranças de um período contraditório responsável pela sobrevivência de elementos institucionais autoritários, principalmente no que se refere à política trabalhista. Assim, um *horizonte de expectativas* que visa uma verdadeira democracia pode, neste momento de crise, resgatar a construção de uma nova hegemonia na sociedade brasileira, promovida por classes verdadeiramente comprometidas com a modernidade.

A democracia como horizonte de expectativas que acelera o tempo permite à segunda experiência da modernização brasileira, referida no *milagre*, realizar-se no presente como um tempo transitório e fugaz que recolocar o país dentro de seu desenvolvimento histórico. Os intelectuais oriundos da escola paulista de sociologia serão importantes atores políticos na Redemocratização brasileira. A democracia, nesta ótica, para realizar-se como ruptura efetiva com o modelo autoritário, deve identificar-se com o *moderno* em seu sentido pleno e descolar-se do *espaço de experiência* identificado com o nacionalismo-desenvolvimentista de Vargas e do ISEB.

Este descolamento entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* irá temporalizar a semântica do aparato conceitual responsável por boa parte da experiência que as oposições, em especial as próximas dessa escola, como o MDB paulista e o jovem Partido dos Trabalhadores, terão crise do regime militar. A Revista de Cultura Contemporânea² será um dos espaços em que essa construção semântica se dará. Será também, portanto, um importante ponto de apoio para a ação política de novas e importantes lideranças que emergem com a Redemocratização brasileira.

2 A partir do terceiro número, a revista passa a se chamar Revista de Cultura Política. Os principais objetivos, no entanto, são mantidos. A mudança foi efetuada por motivos casuais. A repetição do editorial do primeiro número, exposto neste artigo, também no terceiro número, primeiro sob o novo título, é uma evidência disto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Seis Interpretações sobre o Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, 5(3)1982. pp. 269-306.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A History of the Concept "Modern"*. IN: **Making Sense in Life and Literature**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de populismo no Brasil**. IN: *Teoria e Sociedade: Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG*. Belo Horizonte: n. 10, julho-dezembro, 2002.

SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. **Weber e a Interpretação do Brasil**. IN: SOUZA, Jessé(org.). *O Malandro e o Protestante*. Brasília: UNB, 1999.

Periódicos:

Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, Ano I, n. 1, julho de 1978.

_____. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, Ano I, n. 2, janeiro de 1979.

Revista de Cultura & Política. São Paulo: Cedec/Global editora. Ano I, n. 1, agosto de 1979.

Artigo recebido em 15/06/2009

Artigo aceito em 09/08/2009